

Teaching inequality

ensino da desigualdade:

CONSEQUÊNCIAS DA PEDAGOGIA TRADICIONAL DA TEORIA DA MÚSICA

O caso musical contra o rap é que, na minha opinião e na visão do meu pai teórico da música que frequentou a escola de música, existem três elementos na música. Há harmonia, há melodia e há ritmo. E o rap só cumpre uma delas - a seção de ritmo. Não há muita melodia e não há muita harmonia. E assim, é basicamente, efetivamente, ritmo falado. E, portanto, não é realmente uma forma de música, é uma forma de fala rítmica. E assim, além da subjetividade de mim, por não gostar tanto de rap, o que eu disse antes não é música. (Ben Shapiro, 15/9/19)

Durante um episódio recente do especial de domingo do programa Ben Shapiro, Shapiro invocou a autoridade de seu pai "teórico da música" que frequentava a "escola de música", a fim de dissipar, de maneira aparentemente objetiva e baseada em fatos, a idéia de que o rap é música. Os critérios de Shapiro para o que se qualifica como música são absurdos e sua afirmação de que o rap não atende a esses critérios também é absurda - mas isso não vem ao caso. O objetivo desses argumentos de má-fé não é necessariamente vencer ou perder, mas perpetuar a noção de que o rap como música merece debate. Até mesmo entreter a questão mina a legitimidade do rap, diferenciando-o de outros estilos musicais sobre os quais não poderíamos imaginar ter essas conversas.

Devemos rejeitar a tentativa de Shapiro de aproveitar o prestígio da academia para fazer seu trabalho sujo por ele. Ao mesmo tempo, devemos considerar as implicações de seu apelo à teoria musical. Shapiro quer que nos concentremos no que a teoria da música e a escola de música sugerem sobre o rap como música - deveríamos perguntar o que sua invocação dessas instituições sugere sobre a pedagogia da teoria da música. Dentro dessas instituições, o que aprendemos sobre quem e o que é valorizado e por quê?

A música de arte ocidental não é uma linguagem universal. Faz algumas coisas bem, outras coisas não tão bem e muitas coisas nem um pouco. E, no entanto, embora a maioria dos estudantes de graduação não ouça regularmente esse estilo de música, o currículo padrão da teoria continua a privilegiá-lo às custas de todos os outros estilos.

Dada essa desconexão, como podemos justificar nossa dependência quase exclusiva da pedagogia tradicional, especialmente em situações em que não é necessário fazê-lo? Que preconceitos criamos em nossos alunos quando declaramos que a música artística ocidental é um conhecimento obrigatório para quem busca estudos formais em música? Que preconceitos isso revela em nós?

Vamos começar com nomes.

Os nomes criam hierarquia. Um título de curso como Music Theory 1: Harmonia Diatônica designa explicitamente a harmonia como o elemento mais importante do curso. Essa harmonia também não é no sentido geral, mas a harmonia é específica da música artística ocidental. Existe um risco real de elisão, seja na percepção ou na prática, para que a teoria da música se torne apenas sobre harmonia.

Discussões sobre melodia costumam ser discutidas em discussões maiores sobre harmonia. Os livros-texto padrão, apesar de grandes gestos em direção à musicalidade completa, tudo o que você precisa saber, dedicam quase nenhuma atenção ao ritmo, além de questões estritas de notação. Outros elementos musicais de importância crítica, como improvisação, timbre e pós-produção, deixam de aparecer de maneira significativa. Essa priorização injustificada da harmonia como a essência, se não a totalidade, do currículo básico da teoria da música molda a realidade do que, na academia, é considerado música, ou pelo menos a música que vale a pena estudar.

A música de arte ocidental não é uma linguagem universal.

Um foco míope na música de arte ocidental distorce severamente o que é música e o que pode ser. A pedagogia padrão baseia-se em um sistema de valores cujas métricas são baseadas em preferências subjetivas, mas transmitidas como verdades objetivas. A música de arte ocidental é declarada, sem justificativa adequada, como a ferramenta necessária para entender a música no nível mais fundamental. A construção de uma hierarquia musical com música de arte ocidental no topo, até recentemente considerada a única música que merecia institucionalização, perpetua a idéia de música digna e música indigna.

Essas são decisões tomadas pelas pessoas, não importa quão convincentemente elas sejam enquadradas como decretos divinos ou fenômenos naturais, não importa quanto tempo seu pedigree histórico seja de longa data. Ensinar música artística ocidental sem reconhecer questões de formação de cânones, colonização cultural, exclusão e

apagamento garante que esses problemas continuem. Não estamos isentos de interrogar a pedagogia da teoria padrão, nem somos absolvidos da culpa quando decidimos não fazê-lo. O surgimento de novos estilos musicais e novas tecnologias de produção musical é inconseqüente - a música artística ocidental continua sendo priorizada às custas de todos os outros modos de criação musical. Precisamos entender esse privilégio injustificado no contexto da supremacia branca.

A supremacia branca é a centralização sistêmica da brancura. Ele se baseia em uma suposição incorreta de superioridade racial branca e funciona para manter o privilégio branco. A brancura é definida como o padrão contra o qual e sob cujos termos todos os outros são medidos e invariavelmente ficam aquém. Quando o branco é designado como normal, aqueles que não são brancos são para sempre considerados não normais, não importa o quanto trabalhem ou o que realizem. Restringir a definição de supremacia branca a uma coleção de intolerantes ignora as inúmeras maneiras pelas quais o poder institucionalizado neste país, seja social, político, jurídico, econômico ou cultural, reforça a primazia da brancura.

A música de arte ocidental não é uma linguagem universal.

Um currículo baseado quase exclusivamente na música de homens brancos europeus mortos não é politicamente neutro. A única razão pela qual a música artística ocidental é a referência pela qual outros estilos são validados ou repudiados é porque os brancos o fizeram. Quando as tríades de Beyonce são tão legítimas quanto as de Beethoven, reproduzir sem crítica um sistema que exclui a música negra da sequência da teoria básica é uma escolha política. Essa negação da legitimidade da música negra contribui para a contínua negação da legitimidade dos negros. Injustiça desmarcada permanece injustiça.

Precisamos de uma sala de aula de teoria musical anti-racista, que descentralize a música artística ocidental em favor de uma abordagem polistilística. Os alunos precisam de uma ampla base musical para se preparar para os estudos nos estilos específicos relevantes para seus interesses e trajetórias de carreira projetadas. Uma abordagem anti-racista da teoria da música reconhece que a música da arte ocidental não é o auge da conquista humana, mas simplesmente uma entre muitas formas igualmente válidas de expressão musical artística.

A evolução estilística de qualquer idioma depende de cujas vozes são vistas como legítimas, de quem pode participar. O fato de muitos de nós apenas recentemente percebermos quão pronunciadas são as disparidades na representação dentro da teoria musical atesta a extensão em que internalizamos os preconceitos por trás deles. Nós, brancos, que temos um número desproporcional de empregos na academia, tendemos a não perceber a brancura, porque é o que esperamos encontrar. Isto é um problema. Nossa condenação das palavras racistas de Ben Shapiro não nos absolve de nossa própria participação e perpetuação de uma pedagogia racista que normaliza a brancura. Devemos nos desfazer da falsa concepção de que a música pode existir no vácuo, desprovida de contexto, independente das pessoas e dos processos integrais à sua produção. Nós devemos fazer melhor.

A música de arte ocidental não é uma linguagem universal.

Como educadores, devemos ser capazes de falar não apenas sobre o que ensinamos, mas também sobre por que ensinamos. Devemos nos perguntar quem se beneficia com o sistema atual e quem é prejudicado por ele. Uma população diversificada de alunos na sala de aula não é um pré-requisito para preocupação com diversas experiências dos alunos. A educação nunca é politicamente neutra. Como professores e alunos, como mentores e mentoreados, nosso trabalho é questionar, envolver-se e crescer. Todos devemos participar de nossa própria educação. Todos devemos apontar as maneiras pelas quais a desigualdade e a opressão se manifestam no que é apresentado como verdade objetiva. O modo como as coisas são não é o mesmo que as coisas devem ser. Cada um de nós é responsável por interromper essa narrativa.

Este é o primeiro de uma série de duas partes. O segundo ensaio fornecerá recursos e sugestões de maneiras pelas quais podemos começar a incorporar iniciativas de justiça em nossa pedagogia da teoria musical.